



27ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DE SANTA CATARINA

Relatório dos Debates da Plenária da 27ª Conferência Estadual da Fetrafi SC

Dias 13, 14 e 15 de junho de 2025

Pauta:

1. Campanha Nacional 2025;
2. Avanços tecnológicos, inteligência artificial e impactos no trabalho bancário;
3. Regulação do Sistema Financeiro Nacional;
4. Redução da jornada sem redução de salário;
5. Terceirização e pejetização no setor bancário;
6. Formação da classe trabalhadora;
7. Comunicação popular na era das redes sociais;
8. Novas formas de mobilização;
9. Saúde e Condições de Trabalho.

Conjuntura:

A Campanha Nacional da categoria em 2024 ocorreu no contexto da posse do governo Lula, eleito em 2022, cujo programa trazia como expectativa a retomada dos investimentos em nossa economia e um novo ciclo de crescimento, geração de empregos e mais justa distribuição de renda.

Em perspectiva, uma redistribuição do orçamento público capaz de fortalecer o papel do estado e as políticas de inclusão social e democratização do acesso à saúde, segurança e educação.

No entanto, a apropriação de parte do orçamento pelo Legislativo via emendas parlamentares, a centralidade dada ao debate acerca do equilíbrio fiscal e a manutenção da política de aumento das taxas de juros pelo Banco Central autônomo reduzem a capacidade de intervenção do estado e o crescimento da economia, frustrando as esperanças da população.

Embora as negociações em 2024 tenham garantido ganho real nos salários e demais benefícios e importantes avanços nas cláusulas sociais para a categoria por mais dois anos, é necessário apontar algumas dificuldades enfrentadas no processo de comunicação, seja no fluxo das informações entre o Comando Nacional e Sindicatos, seja em razão da velocidade com que a desinformação é disseminada pelas redes sociais.

Outro elemento a ser analisado é o processo das assembleias virtuais, que ao mesmo tempo em que permitem ampliar a participação da categoria nas decisões, dificultam o debate e o esclarecimento alcançados quando estas são realizadas presencialmente.

Mesmo considerando o relativo impacto das ações virtuais, como os tuitaços, a Campanha careceu de uma Calendário Nacional de mobilização que integrasse a categoria e ampliasse o poder de pressão aos bancos durante as mesas de negociação.

Em relação aos bancos públicos, ao contrário das expectativas da categoria, não houve avanços em diversas questões, restando pendentes temas relacionados ao custeio dos planos de saúde, isonomia de empregados de bancos incorporados e direitos de colegas caixas e tesoureiros.

Nesse sentido, em que pese o histórico de avanços e conquistas alcançados a partir do nosso modelo de organização nacional e negociação em mesa única, o cenário da Campanha Nacional em 2026 apresenta grandes desafios, pois além da renovação da nossa Convenção Coletiva e demais Acordos, o processo de eleições gerais no país será determinante para o futuro da categoria e sociedade.



27ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DE SANTA CATARINA

Propostas:

1. Realizar debate estratégico (Comando Nacional dos Bancários e Comissões de Empregados) considerando modelo de organização, processo de debate e escuta da categoria, construção das minutas de reivindicações, processos de comunicação, mobilização dos trabalhadores e negociação com os bancos;
 2. Organizar o movimento sindical bancário para as eleições de 2026, construindo espaços de debate com a categoria para enfrentarmos a desinformação e a despolitização, defendendo candidaturas que representem os interesses dos trabalhadores.
 3. Ampliar a Campanha Nacional contra as terceirizações e contratações fraudulentas que afete a imagem dos bancos.
 4. Construir agenda nacional de audiências públicas para denunciar o modelo excludente implementado pelo Sistema Financeiro.
 5. Construir agenda com parlamentares, STF, TST, Ministérios da Fazenda, Trabalho e Justiça na defesa da regulamentação do Sistema Financeiro e pelo fim das terceirizações.
 6. Fortalecer a unidade nacional com as demais categorias e organizações da sociedade em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, fim da escala 61e e de uma reforma tributária justa, participando e divulgando o Plebiscito Popular proposto pelas Centrais Sindicais.
 7. Construir agenda com parlamentares com o objetivo de construir mecanismos que dificultem a privatização de empresas públicas, como exemplo, a exigência de plebiscito popular.
 8. Elaborar estratégia nacional de comunicação direta com a categoria, construindo Campanha de mobilização contra a política de metas, fechamento de agências e terceirização.
 9. Exigir o cumprimento da NR1 para fiscalizar, autuar, condenar e cobrar medidas efetivas de erradicação dos riscos psicossociais.
-